

8.2. - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1. Derrogações ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Em Abril de 2002 foram aprovados o Balanço e Inventário iniciais, sendo que todos os bens móveis e imóveis que constam destes dois documentos se encontravam lançadas na aplicação informática adquirida na altura – Sistema de Inventário e Cadastro (SIC).

Dada a prioridade em implementar o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), os recursos humanos então afectos às tarefas de inventariação foram transferidos para a Secção de Contabilidade (SC). Esta conjuntura implicou que não se procedesse à actualização do inventário, actualização esta que tem vindo a ser efectuada.

Por esta razão, também não tem sido possível proceder ao cálculo das amortizações no SIC, tendo-se criado uma forma de cálculo paralela e provisória das amortizações (informação essencial para a SC).

Em 2007 a AIRC instalou uma nova aplicação (também designada por SIC), que obriga a Secção de Património (SP), ano a ano, desde 2002 a:

- "transferir" a informação da antiga aplicação para a nova aplicação;
- confirmar se não houve perda de informação;
- fazer a reconciliação do imobilizado com a SC;
- proceder ao cálculo das amortizações;
- efectuar a reconciliação e consequentes correcções deste cálculo entre SP e SC.
- dar o ano por encerrado.

Prevê-se que esta tarefa esteja concluída em 2008, permitindo, nomeadamente, saldar as contas "Imobilizado em curso". Não obstante este condicionalismo, em 2007, já se procedeu à regularização no montante de 683.535,88 euros da conta 445 "Imobilizações em curso – Domínio público" e no montante de 6.686.502,51 euros da conta 442 "Imobilizações em curso – Domínio privado".

De salientar que em imobilizado em curso do domínio público consta o montante de 3.565.930,75 euros referente à Avenida Variante Poente – 2ª Fase, a qual se encontra concluída em termos físicos, mas que ainda não foi possível regularizar.

A 31 de Dezembro de 2007 não se encontra relevado na conta 245 – “Contribuições para a segurança social” o montante de 87.029,80 euros correspondente aos encargos da entidade relativos às remunerações de Dezembro.

8.2.2. Contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

- Comentário da conta 451 – Terrenos e recursos naturais

De relevar ainda que no corrente ano, procedeu-se à alteração do método de contabilização dos pagamentos parcelares das aquisições de terrenos. Mais precisamente, os pagamentos parcelares eram de imediato contabilizados na conta “451 – Terrenos e recursos naturais”. Dado que os terrenos em causa ainda não se encontram totalmente pagos e registados a favor do Município, procedeu-se à correcção da conta “451 – Terrenos e recursos naturais” no montante de 672.899,32 euros, por contrapartida da conta “445 – Imobilizações em curso – terrenos”.

- Comentário da conta 4221 – Edifícios

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 11º Decreto-Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, procedeu-se a correcções nesta conta no montante de 135.482,72 euros, porque se detectaram algumas situações de imóveis adquiridos sem indicação expressa do valor do terreno. Assim, foi necessário atribuir a este, para efeitos de evidenciação na contabilidade, 25% do valor global. Consequentemente, também se corrigiu o valor das amortizações.

Ainda relativamente a esta conta, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 20º da Portaria 671/2000, de 17 de Abril, os imóveis adquiridos com edificações a serem demolidas, anteriormente registadas na contas 4221 – Edifícios, foram transferidos para a conta 421 – Terrenos e recursos naturais, num total de 575.000,00 euros.

Em 2004 foi adquirido parte do edifício sito na Rua da Liberdade – Urbanização do Hilarião - à Sociedade de Educação e formação do Oeste, Lda (SEFO), pelo valor de 1.557.125,00 euros, com pagamentos parciais durante 13 anos. Devido a limitações do programa informático, não foi possível reconhecer o imóvel pela sua totalidade, nem a dívida à SEFO, Lda. Em 2007, uma actualização ao software, permitiu à autarquia proceder à correcção, aumentando a conta em análise pelo valor de 1.077.969,00 euros (valor da dívida em 31 de Dezembro de 2007).

Em 2007 procedeu-se transferência do imobilizado em curso no montante de 6.604.820,03 euros referente ao Edifício Multi-serviços.

- Comentário da conta 429 – Outras imobilizações corpóreas

Decorrente de opinião da equipa de auditores externos desta autarquia, o valor dos terrenos “Castro do Zambujal” foi contabilizado nesta conta (1.221.200,00 euros).

- Comentário da conta 268 – Outros Devedores(Médio e longo prazo)

O saldo de 747.310,23 euros desta conta, diz respeito à dívida da TVPAR, decorrente do contrato de sociedade, daquela entidade, celebrado em 16 de Novembro de 2001.

- Comentário da conta 28 – Empréstimos concedidos(curto prazo)

O saldo de 314.653,44 euros desta conta, diz respeito à exigibilidade no curto prazo dos empréstimos de médio e longo prazos dos SMAS. Foi o primeiro ano em que se efectuou este reconhecimento.

- Comentário da conta 268 – Outros devedores(curto prazo)

O saldo de 320.275,77 euros desta conta, diz respeito à dívida vencida da TVPAR, decorrente do contrato de sociedade, mencionado no comentário da conta 268 – Outros devedores (médio e longo prazos). Foi o primeiro ano em que se efectuou este reconhecimento.

- Comentário da conta 271 – Acréscimos de proveitos

Nesta conta reconheceu-se o proveito de 2 trimestres de 2007, num total de 1.016.507,98 euros, referente ao Contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, que se prevê receber em 2008.

De destacar, também, o montante de 293.955,23 euros referentes ao reconhecimento de proveitos de resíduos sólidos, a receber dos SMAS em 2008.

Foi ainda imputada a esta conta o montante de 50.337,40 euros correspondente à distribuição de dividendos pela Resioeste, SA.

- Comentário da conta 59 – Resultados transitados

Decorrente do contrato de cedência onerosa de infraestruturas à Águas do Oeste, SA, passaram para a responsabilidade da Câmara Municipal dois empréstimos no valor total de 618.158,43 euros. Em 2006, a Câmara Municipal apenas corrigiu o valor de 317.458,80 euros (diminuição da dívida dos SMAS – conta 282 – por contrapartida da conta 59 – Resultados transitados). Assim houve que, em 2007, proceder a uma correcção no valor de 300.699,63 euros (diminuição da dívida dos SMAS – conta 282 – por contrapartida da conta 591 – Resultados transitados anteriores a 2007).

Na conta 591 – Resultados transitados anteriores a 2007, por contrapartida da conta 282 – Empréstimos médio e longo prazos, foi também corrigida a importância de 29.506,66 euros referente a uma amortização de capital efectuada pelos SMAS de empréstimo que já era da responsabilidade da Câmara Municipal.

- Comentário da conta 2687 – Credores diversos

Como referido no comentário à conta 4221 – Edifícios, foi reconhecida a dívida de médio e longo prazos a 31 de Dezembro de 2007 à SEFO, Lda, no montante de 958.180,00 euros.

- Comentário da conta 2311 – Empréstimos de curto prazo

O saldo de 581.430,02 euros desta conta, diz respeito à exigibilidade no curto prazo dos empréstimos de médio e longo prazos. Salienta-se que foi o primeiro ano em que se efectuou este reconhecimento.

- Comentário da conta 273 – Acréscimo de custos

Desde 2003, de acordo com o princípio da especialização do exercício, a autarquia tem estimado e contabilizado o acréscimo de custo referente ao subsídio de férias. No entanto, da análise da conta 2732 – Remunerações a liquidar e respectivas interpretações, em 2007 considerou-se o custo não só do subsídio de férias mas também do mês de férias e respectivos encargos sociais.

8.2.3. Critérios valorimétricos

O activo imobilizado foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção sendo que se considera-se como custo de aquisição de um activo a soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa e indirectamente para o colocar no seu estado actual e considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais directos consumidos, da mão-de-obra directa e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Os bens do activo imobilizado obtidos a título gratuito foram avaliados segundo o seu valor patrimonial, tendo por base o custo de produção ou o custo de aquisição.

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém adoptado foi o custo médio ponderado.

Para o cálculo das amortizações do imobilizado foi utilizado o método das quotas constantes. Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determinou-se aplicando aos montantes dos elementos do activo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril.

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideraram-se as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses. O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas foi determinado de acordo com as seguintes percentagens: 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses e 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões são de acordo com os quadros em anexo:

- Activo Bruto (Imobilizado Bruto)
- Amortizações e Provisões

8.2.9. Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos

Os custos incorridos no exercício, respeitantes a empréstimos obtidos, são os constantes no mapa anexo, elaborado de acordo com o ponto 8.3.6.1. do POCAL. Refere-se que o total das amortizações foi de 515.200,39 euros e o total dos juros suportados foi de 265.247,39 euros.

8.2.16. Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício

As entidades participadas pelo município são as constantes no mapa em anexo.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa é o constante da conta 21.8- Clientes Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa (45.844,54 euros), e respeita a dívidas de utentes pela utilização de espaços em mercados municipais e de resíduos sólidos. Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento de 16.223,00 euros.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.

As responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança são as constantes do mapa em anexo designado por “ Contas de Ordem “.

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos ocorridos, no exercício, nas contas de provisões, foram os constantes no mapa em anexo, com a designação “Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas”

8.2.28 - Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 «Fundo Patrimonial», constantes do balanço.

Os movimentos ocorridos nas contas da Classe 5 «Fundo Patrimonial», são os descritos no mapa seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
511 - Patrimônio	8.831.167,36			8.831.167,36
512 - Patrimônio Adquirido		2.114.826,44		2.114.826,44
55 - Ajustamento partes capital	-50,00			-50,00
571 - Reservas Legais	3.145.848,90	111.307,00		3.257.155,90
574 - Reservas Livres	16.677.277,85			16.677.277,85
575 - Subsídios	1.711.641,72	933.389,47		2.645.031,19
576 - Doações	2.453.102,76	493.486,03		2.946.588,79
577 - Reservas decorrentes transf.	3.271.805,00			3.271.805,00
59 – Res. Transitados	148.337,88	2.255.640,10	2.534.417,07	-130.439,09
88 - RLE		2.998.739,63		
Total	36.239.131,47	8.907.388,67	2.534.417,07	42.612.103,07

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	452.421,98 €
Compras	2.350.024,15 €
Regularização de existências	0,00 €
Existências finais	287.399,36 €
Custos no exercício	2.515.046,77 €

8.2.31 - Demonstração dos Resultados Financeiros

A Demonstração dos Resultados Financeiros é a apresentada no mapa em anexo com a mesma designação.

8.2.32 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários são demonstrados pelo quadro em anexo, denominado "Demonstração dos Resultados Extraordinários"

Demonstração de Resultados Financeiros

(unidade €)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2007	2006			2007	2006
681	Juros suportados	481.538,18	174.022,73	781	Juros obtidos	198.450,44	162.336,08
682	Perdas em entidades participadas	0	0	782	Ganhos em entidades participadas	50.337,40	0
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	3.120.879,01	1.920.195,83
684	Provisões para aplicações financeiras	0	0	784	Rendimentos de participações de capital	0	0
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	31,38	0	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0	0	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
688	Outros custos e perdas financeiros	5.390,60	3.713,90	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	0
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0	0
	Resultados Financeiros	2.882.307,90	1.904.795,28	789	Restituição de proveitos e ganhos financeiros	-398,79	0
		3.369.268,06	2.082.531,91			3.369.268,06	2.082.531,91

Demonstração de Resultados Extraordinários

(unidade €)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2007	2006			2007	2006
691	Transferências de capital concedidas	3.690.942,14	5.100.356,92	791	Restituições de impostos	0	0
692	Dívidas incobráveis	0	0	792	Recuperação de dívidas	0	0
693	Perdas em existências	0	0	793	Ganhos em existências	0	0
694	Perdas em imobilizações	35.174,50	296.077,49	794	Ganhos em imobilizações	6.320,93	0
695	Multas e Penalidades	8.870,00	932,76	795	Benefícios de penalidades contratuais	267.982,86	221.572,18
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0	4.610,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	8.251,12	0
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	776.445,70	-3.752,48	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	128.494,83	46.145,92
698	Outros custos e perdas extraordinárias	2.224,47	5.915,04	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	783.404,88	960.929,55
				799	Reembolsos e restituições	0	-206,5
	Resultados extraordinários	-3.319.202,19	-4.175.698,58				
		1.194.454,62	1.228.441,15			1.194.454,62	1.228.441,15